

NOTIFICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PENAL

Processo: Processo Penal n.º 2023/0456 – Burla Informática por Phishing – Transferências Fraudulentas de €32 000

Juiz de Instrução Criminal: Juiz de Instrução Criminal n.º 4 do **Tribunal Judicial de Lisboa**

Parte	Representante	NIF
Ministério Público	Dr. Marta Santos (OA 54321) – Procuradora do Ministério Público	503 456 789
Acusado	João da Silva, residente em Rua da Prata, 45-2.º Esq., 1150-274 Lisboa	224 567 890
Defesa	Dr. Ana Pereira (OA 12345) – Advogada	215 678 901 Dr. Luís Carvalho (OA 67890) – Advogado

Lisboa, 15 de outubro de 2024

1. Objeto da Notificação

Nos termos do artigo 585.º, n.º 2, do Código de Processo Penal, a defesa do réu **João da Silva** vem, por este meio, notificar o **Ministério Público** da interposição de **recurso de apelação** contra a sentença condenatória proferida nos autos do processo penal n.º 2023/0456, datada de **12 de setembro de 2024**, que condenou o réu à pena de **2 (dois) anos de prisão** e à indemnização de **€ 32 000** em favor da vítima bancária.

2. Fundamentação do Recurso

A defesa sustenta, de forma fundamentada, que a sentença padece das seguintes nulidades e vícios de julgamento:

N.º	Fundamento
1.º	Violação do princípio do contraditório – a defesa não foi devidamente intimada para produzir prova pericial sobre a origem dos endereços IP utilizados nas mensagens de phishing.
2.º	Erro de apreciação da prova eletrónica – o tribunal não considerou adequadamente os registos de logs do servidor de e-mail do réu, que demonstram a inexistência de autoria direta nas transferências fraudulentas.
3.º	Desproporcionalidade da pena – a pena aplicada não respeita o princípio da proporcionalidade, uma vez que o réu não detinha intenção criminosa comprovada, limitando-se a ser vítima de um esquema de engenharia social.

3. Pedido de Recurso

Em face do exposto, requer-se a **interposição do recurso de apelação** perante o **Tribunal da Relação de Lisboa**, com a consequente:

1. **Anulação parcial** da sentença condenatória, para exclusão da pena de prisão;
2. **Redução** da indemnização a € 15 000, valor que a defesa entende ser adequado ao prejuízo efetivamente causado;

3. **Reconsideração** da decisão à luz das provas eletrónicas ora apresentadas, nomeadamente os logs de acesso ao servidor de e-mail (Anexo I) e o parecer pericial de informática forense (Anexo II).

4. Prazo para Apresentação de Contrarrazões

Conforme dispõe o artigo 585.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, o Ministério Público tem o prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da data de notificação, para apresentar **contrarrazões ao recurso**. O prazo termina em **30 de outubro de 2024**.

5. Intimação para Comparecimento

Fica o Ministério Público intimado a comparecer, pessoalmente ou por meio de seu representante legal, na **Sala de Recursos do Tribunal da Relação de Lisboa**, situada na Rua da Prata, 30, 1200-393 Lisboa, para a sessão de julgamento que será agendada, dentro do prazo legal, após a juntada das contrarrazões.

6. Documentos Anexos

Anexo	Descrição
Anexo I	Registo de logs do servidor de e-mail (PDF, 12 páginas)
Anexo II	Parecer pericial de informática forense – Dr. Rui Mendes (PDF, 8 páginas)
Anexo III	Cópia da sentença condenatória (data: 12/09/2024)

7. Conclusão

A defesa reitera o seu compromisso com a observância dos princípios da legalidade, do contraditório e da proporcionalidade, solicitando a este juízo que, ao apreciar o recurso, reconheça as falhas apontadas e proceda à revisão da decisão condenatória, em conformidade com a legislação penal e processual penal em vigor.

Sem outro assunto, subscrevemo-nos.

Lisboa, 15 de outubro de 2024

Defesa	Assinatura
Dr. Ana Pereira – Advogada (OA 12345)	_____
Dr. Luís Carvalho – Advogado (OA 67890)	_____

Observação: Esta notificação será enviada por correio certificado com aviso de receção (AR) e, simultaneamente, por via eletrónica ao endereço institucional do Ministério Público (mp@mp.pt).